

## **A nova gestão pública e as políticas de educação em municípios da Região Metropolitana do Recife**

Dalila Marina Oliveira Maia (UFPE)  
[dalila.omaia@ufpe.br](mailto:dalila.omaia@ufpe.br)

Emanuelle Santana da Silva (UFPE)  
[emanuelle.santana@ufpe.br](mailto:emanuelle.santana@ufpe.br)

Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE)  
[janete.azevedo@ufpe.br](mailto:janete.azevedo@ufpe.br)

### **Introdução**

A gestão da educação e da escola no Brasil tem sido não somente uma questão socialmente problematizada, como também alvo de medidas de política desde a década de 1990, em articulação com a reforma do Estado. Esta ocorreu na esteira dos novos padrões de acumulação e de sociabilidade, postos em curso nas sociedades de mercado, quando se colocou em xeque o modelo burocrático de Estado e este passou a assumir novas formas e funções. Neste contexto, a máquina responsável pelas políticas públicas foi alvo de reformas administrativas, fenômeno que variou, entre outros aspectos, de acordo com a história, a cultura e o grau de desenvolvimento de cada país. Essas mudanças se desenvolveram com base em pressupostos da doutrina neoliberal que também forneceu o padrão e os modelos a serem adotados pelas políticas públicas de corte social e de corte econômico, AZEVEDO (2004).

Sinteticamente, este foi o quadro em que as políticas públicas para a educação no Brasil passaram a incluir a adoção do estilo gerencial de gestão (o gerencialismo) para os sistemas de ensino e das escolas, defendido como um dos meios importantes para a superação dos problemas dos processos de escolarização e para se atingir a qualidade do ensino.

Na sua origem, o gerencialismo remete à reação conservadora iniciada na Inglaterra contra o modelo burocrático do Welfare State. De modo muito sintético, pode-se entender o gerencialismo como uma doutrina de reforma do Estado inspirada em princípios importados do mercado e que tem como principais características o planejamento e a elaboração de políticas com ênfase em metas de desempenho para nortear o funcionamento do setor público (BURGOS, BELLATO, 2019, p. 02).

É importante destacar que o gerencialismo, quando tratado em relação aos serviços públicos, assume conceituação bastante aproximada do de Nova Gestão Pública (NPG), na medida em que, segundo Marques *et al* (2019) “pode ser definida como um programa de reforma do setor público com base em instrumentos da gestão empresarial, que visa a melhorar a eficiência e eficácia dos serviços públicos nas burocracias modernas” (p. 352). Na mesma direção, Dasso Júnior, (2014) considera que se trata de:

Um conjunto de argumentos e filosofias administrativas, propostas como novo paradigma de Administração Pública. Especialmente, como filosofia administrativa de um padrão de desenho organizacional da Administração Pública, a NGP conseguiu atingir o status de um corpo doutrinário que goza de uma ampla aceitação (p.13).

Este trabalho apresenta resultados preliminares de pesquisa que objetiva analisar como municípios pernambucanos têm adotado a Nova Gestão Pública na gestão da educação, tendo em vista que é praticamente consensual que o modo de sua adoção tem assumido especificidades, entre espaços específicos de uma mesma sociedade.

De acordo com a literatura, a NPG, mesmo possuindo características que a identificam como um fenômeno quase que mundial, diferentes elementos que a integram variam de acordo com cada realidade social, tendo em vista os contextos políticos, econômicos, sociais e culturais. Ela não pode ser tomada como um único modelo de gestão, tendo em vista as especificidades de cada sociedade, pois “as diversas variantes surgidas em diferentes países,

com histórias e culturas absolutamente distintas fazem com que as práticas sejam distintas” (DASSO JUNIOR, 2014, p. 13).

Tal como ocorreu com outras instituições do Estado, o sistema educacional assumiu novos princípios a serem seguidos: linguagem de mercado; gestão por eficiência; monitoramento de desempenho; gestão por resultados; competitividade.

É a partir destas conceituações teóricas e históricas que estamos analisando como os elementos da Nova Gestão Pública têm se manifestado na gestão da educação de municípios da Região Metropolitana do Recife – RMR/PE.

## **Desenvolvimento**

A pesquisa, de caráter qualitativo, tem como objeto a implementação da NGP na gestão da educação de municípios pernambucanos, focalizando suas ações que possam expressar esse tipo de gestão.

Para o desenvolvimento do estudo foram selecionados dois municípios com base nos seus portes e no quantitativo de matrículas no ensino fundamental e na educação infantil, dentre o conjunto dos que compõem o total de municípios da RMR, dada a sua importância política, social e econômica para Pernambuco.

Como técnica de coleta de dados, estamos utilizando a *análise documental*, examinando documentos e informações disponibilizados nas páginas dos municípios nas redes sociais. Está prevista também a realização de entrevistas com gestores da educação dos municípios selecionados, bem como a ampliação da análise documental para além dos documentos virtuais, de modo que possamos apreender a dinâmica que assume a gestão em cada município, quais são as características e especificidades no modo de adoção da NPG e se existem e como se manifestam as diferenças entre a gestão das duas localidades, tendo em vistas seus resultados educacionais.

Pesquisa exploratória realizada nos sítios da secretaria de educação dos municípios selecionados, buscou identificar a presença de elementos que evidenciassem a presença da NGP na gestão da educação.

A partir da análise de conteúdo dos documentos pesquisados, observamos que no município de Recife se encontra a presença da parceria público-privada. Isto foi identificado pela existência de programas desenvolvidos com a participação de empresas e/ou fundações, a exemplo do programa **Mente Inovadora** (parceria com a *Mind Lab*); **Projeto Sabiah!** (parceria com o *Abramundo*); Programas **Se liga** e **Acelera** (com o *Instituto Ayrton Senna*).

Ainda em Recife, identificamos a presença de ações como Avaliação em Larga escala: Participação no Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (Saepe), que, junto ao IDEPE, busca “ aferir ” a qualidade educacional. Responsabilização docente: monitoramento que avalia bimestralmente as escolas e creches municipais. Além de os professores realizarem os registros diários de classe na página da secretaria, indicando formas de controle que tendem a reduzir a autonomia docente.

Em relação aos dados do município de pequeno porte, Ilha de Itamaracá, pudemos perceber diferença em relação à Recife. Não há uma descrição minuciosa no site sobre as ações da Secretaria de Educação. No entanto, na página da Prefeitura, há indícios da adoção de elementos da NGP. Um exemplo são termos utilizados na apresentação de atribuições de funcionários vinculados à educação:

Apoiar e orientar a iniciativa privada no campo da educação. Articular ações com outros órgãos públicos – municipais, estaduais e federais, entidades não-governamentais e de iniciativa privada sem fins lucrativos para complementar o atendimento especializado nas áreas de educação; realizar as avaliações de desempenho dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e participar do processo de reorganização e readequação do Sistema de Avaliação de Desempenho dos professores e demais profissionais que atuam na Secretaria (ILHA DE ITAMARACÁ).

## **Considerações Finais**

O espaço limitado deste texto impossibilita uma discussão mais detalhada dos resultados, mesmo preliminares, da pesquisa em andamento. Contudo, pode-se afirmar que elementos da NGP foram identificados nas ações para a educação dos municípios em investigação, na pesquisa exploratória aqui referenciada. Cabe aprofundar como estes elementos têm se viabilizado na prática da gestão, suas possíveis limitações, diferenças e resultados em relação aos padrões de escolaridade de cada uma das localidades.

## **Referências**

AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 2004.

BURGOS, M. T. BELLATO, C. C. Gerencialismo e pós-gerencialismo: em busca de uma nova imaginação para as políticas educacionais no Brasil. **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro, v.09.03, set.-dez., 2019.

DASSO JÚNIOR, E. **“Nova gestão pública” (ngp): a teoria da administração pública do Estado ultraliberal**. 2014.

ILHA DE ITAMARACÁ, **Secretaria de educação**. Disponível em <Educação – Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá (ilhadeitamaraca.pe.gov.br)>.

MARQUES, L. R.; MENDES, J. C. B.; MARANHÃO, I. M. de L. A nova gestão pública no contexto da educação pernambucana e a qualidade educacional. **RBPAE**, v. 35, n. 2, p. 351-367, mai./ago. 2019.

RECIFE, **Secretaria de Educação**. Disponível em <Portal da Educação (recife.pe.gov.br)>.

SILVA, M. S. P. da; CARVALHO, L. S. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**, Natal, n. 36, p. 211-239, set./dez. 2014.